



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

ATA DA 20ª REUNIÃO - 17ª ORDINÁRIA DA CIR BAIXO
AMAZONAS

ATA DA 20ª REUNIÃO – 17ª ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL - CIR BAIXO AMAZONAS

ABERTURA- Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três às nove horas por meio do link: <https://meet.google.com/sho-mqpi-yyv> , foi dado início a vigésima reunião – Décima Sétima Ordinária da Comissão Intergestores Regional do Baixo Amazonas (CIR). A reunião foi aberta e conduzida pelo Coordenador da CIR Baixo Amazonas, Sr. Aurimar Simões Tavares, que saudou a todos com bom dia, e sob a proteção de Deus, em nome do secretário Dr. Anoar agradeceu a presença de todos, agradeceu ao COSEMS-AM, pelo apoio para a realização desta reunião e na sequência, Aurimar inicia a reunião e coloca em votação o **ITEM I.À Aprovação da 19ª Reunião 16ª Ordinária da Comissão Intergestores Regional do Baixo Amazonas:** Aurimar faz a leitura da décima nona Reunião décima sexta Ordinária da CIR BAIXO AMAZONAS realizada no ano de dois mil e vinte e três, aos vinte e nove dias do mês de agosto do às nove horas. É indagado se todos os membros estão de acordo com a ATA e não havendo questionamentos, considera-se o item I consensuado a aprovação, carecidos a isso, a ata é aprovada. No ponto II de Discussões e Pactuações, Aurimar aborda a pauta dois pontos um **(2.1). Processo de número 01.01.017101.027846/2023-09 Projeto de Habilitação de Serviço para a realização de laqueadura tubária e vasectomia no município de Maués.** (na reunião passada houve a apresentação da proposta pela gestão de Maués, mas, faltava o parecer para ser colocado em consenso. Contudo, Como ainda não houve o envio do parecer técnico pela SES, o referido processo não poderá ser consensuado).



(2.2). Discussão sobre a necessidade da SES AM, disponibilizar cota de exames destinadas aos pacientes dos municípios atendidos pelo Componente Especializado de Assistência Farmacêutica, considerando que para a disponibilização dos medicamentos do referido componente, há necessidade de exames Laboratoriais e de imagens - solicitação SEMSA Parintins. A secretária executiva Nara afirma que essa situação atinge os usuários não somente de Parintins pois não são apenas os pacientes do município que fazem uso do CAF. Nara afirma ainda que o paciente quando chega em Manaus tem como pré-requisito exames laboratoriais ou exames de imagem para realizar e o CAF atende a essa demanda, no entanto, a questão é que o paciente após esse procedimento é encaminhado a fila de regulação e por não ter como se manter na capital e o município não ter como manter a estadia dele por muitos dias, o paciente precisa voltar a Parintins e nem sempre consegue realizar o exame. Há a necessidade de que os exames sejam feitos de formas que possam facilitar a vida do paciente. O secretário do município de Parintins Clerton Florêncio, diz que precisa do apoio do estado e que os pacientes precisam ter um acesso facilitado para a realização do exame, seria importante a ampliação desse serviço, precisando ser discutido, a assistente social de Parintins encaminha os pacientes e exame de tomografia. O secretário Clerton afirma que o município de Parintins não tem clínica de ressonância, apenas tomografia, na rede inteira, nem particular em seguida, afirma que há uma tentativa de implantar a ressonância em Parintins, pois o intuito é facilitar o serviço e ampliá-lo, no entanto, é uma questão complexa. Romina diz que nem na rede privada tem a ressonância e os pacientes de Parintins são encaminhados a Manaus para a realização da ressonância, já o secretário Aurimar diz que o processo facilitaria. É discutido ainda que os pacientes poderiam fazer a ressonância no próprio município, é uma questão que deve ser passada a Comissão Intergestores Bipartite. Secretário Clerton diz que é bom a presença dos representantes do estado na reunião para que possa haver uma discussão do serviço de ressonância e implantação em Parintins. O coordenador Aurimar diz que abrir um processo facilitaria essa discussão. O secretário de barreirinha Péricles informa que vai precisar sair da



reunião por conta de uma outra reunião, mas a sua sub secretária está presente na reunião e toda decisão que ela tomar será acatada por ele.

(2.3). Discussão com a SES AM, a respeito da não aceitação pelos médicos em Manaus na rede SUS, dos exames realizados nos municípios, apresentados pelos usuários que são transferidos e ou encaminhados via TFD para tratamento na capital - solicitação SEMSA Parintins. O secretário Clerton explica que quando o paciente sai de Parintins para Manaus, o médico solicita os exames novamente, fazendo com que o paciente realize apenas uma consulta, fazendo isso até mesmo com os exames laboratoriais, já a secretária de Nhamundá Alcinéia diz que o profissional ao ter essa atitude está desqualificando o serviço dos profissionais que atuam no interior, os exames de hemograma, glicemia e os demais realizados no município não valem nada aos olhos dos profissionais da capital não vale por ser do interior, é uma desclassificação do serviço do interior e informa que esses casos também ocorrem com os pacientes de Boa Vista do Ramos, pois o médico na capital não aceita o exame quando é do interior e faz com que o paciente tenha que refazer os seus exames. Aurimar diz que a capital junto com as secretarias possuem um procedimento de assistência, dizendo ainda que dará andamento do procedimento junto com as secretarias. Clerton diz que a permanência do paciente é de um a três dias, mas muitas vezes o tempo de estadia deve ser de quinze até o resultado do exame e por conta das questões já discutidas, o município acaba não conseguindo custear por muito tempo. Afirma ainda que o tempo necessário até o resultado seria de quinze dias, os secretários dos demais municípios solicitam uma solução. Aurimar diz que ainda esse mês irá procurar se reunir para encontrar solução para a demanda.

(2.4). - Solicitação dos municípios em relação aos Laudos em tempo hábil de exames de mamografia e Eletrocardiograma - sem empresa para laudar. (SES AM) O coordenador Aurimar faz a leitura da pauta e o secretário Franmartony diz que está tendo problema, pois tem como fazer o exame em seu município, mas por falta da laudagem fica impossível realizar o mesmo. O



coordenador Aurimar recorda que foi discutido na última reunião da CIR sobre os municípios que foram contemplados com a mamografia. Explanando ainda que conversando com o secretário Franmartony entende que Maués pode encaminhar seus pacientes a Parintins, assim como Nhamundá e Barreirinha. Alcinéia diz que o paciente deve ser encaminhado para realizar seu exame, em seguida Clerton questiona como pode ser pensado a forma em que vai ser recebido esses laudos, Aurimar diz que é importante lembrar das propostas dos vinte municípios, observando os encaminhamentos por quantitativo no contrato mensal e anual para fazer a distribuição para a situação de mamografia e tomografia para fazer laudagem, por isso é importante visar a forma que isso será realizado. Franmartony diz que precisa de cem, pois muitas mulheres fizeram, mas não teve como encaminha-las, Aurimar passa para próxima pauta.

(2.5). Solicitação dos municípios sobre prazo na entrega dos resultados e o aumento das cotas (teto) de PCCU, haja vista que já tinham solicitado da SES mas não se teve retorno do Estado. (SES AM). Aurimar efetua a leitura da pauta e em seguida Romina informa que foi feita uma redistribuição de cotas e tem uma lista anexa no documento com quantitativo de cada municípios, já passou pela regionalização e a tem a aprovação e só de uma liberação para encaminhar ao SECOM. São questões que dependem do previne e do indicador do município pois nem sempre o município consegue atingir esse número. Clerton diz que mesmo com a distribuição de cotas ainda é possível encontrar em Parintins casos de mulheres com câncer que procuram resposta para a situação em que se encontram, onde os exames chegam com trinta dias, sempre fazendo o alinhamento, mesmo com a situação do Padre Colombo que está recebendo coletas, sendo que o câncer de colo ainda tem uma incidência muito grande, por tanto precisa do alinhamento por ser um trabalho que se realiza no município. Clerton parabeniza a resposta rápida que o município tem tido em relação aos exames das mulheres da região, lembrando ainda que não são apenas mulheres parintinenses atendidas, pois o município atende demanda de outras cidades. Clerton diz que fornecer a resposta e informações aos pacientes é de suma importância e por fim



confirma que são questões que precisam ser alinhadas. Romina diz que a conta que receberam foi federal, o presidente deu a ordem e questionou sobre o erro, mas não foi corrigido, explicando que as contas enviadas erradas não foram enviadas ao Aurimar para que as informações não se desencontrassem. Aurimar pede o alinhamento de todos informando que entrou em contato com Manoel pedindo informações do fundo, Romina conclui que a interpretação de solicitação foi equivocada por isso os secretários enviaram a conta do fundo federal. Aurimar e Romina concordam que houve um desencontro de desinformações e que é preciso fazer o alinhamento, Romina diz que a conversa deve ser feita com o Manoel, Franmartony pede a palavra e afirma que entendeu que o repasse de informação seria de conta do recurso federal, por fim, após a conclusão, Aurimar aborda a próxima pauta. **(2.6). - Solicitação do Município de Maués para correção de modalidade junto a CIB referente ao Centro Especializado em Reabilitação – CER. (SES AM).** Franmartony informa que é só gostaria de dizer que a uma numeração de sua solicitação estava incorreta, mas já foi corrigida. **(2.7). Solicitação para a SES sobre informação em relação ao fluxo de coordenadores na Secretaria de Estado do Amazonas.** Romina diz que gostaria de ser comunicadas quando houvesse mudança de cargo pois quando acham que uma pessoa ainda está no cargo, na verdade ela já não está mais, dessa forma pede mais informações sobre mudanças de coordenação e gerência em caso de trocas. Aurimar diz que dentro da secretaria existe secretários, subsecretários e sessenta e um municípios do estado, quando vai entrar e contato com os secretários revisa para fazer a identificação, pois muitas vezes há o desencontro de informação nas solicitações. Clerton reforça o pedido de atualização dentro do COSEMS. **(2.8) Solicitação da Coordenação de Saúde Bucal da SES para apresentação da CIR do Baixo do dia 29 de agosto das duas Portarias da Saúde Bucal: 751 de 15 de junho de 2023 e da 960 de 17 de julho de 2023 montando como o departamento/coordenação irá apoiar os municípios no alcance das metas propostas e qual é a cobertura de saúde bucal hoje, na região. (SES AM).** Aurimar informa que a pauta solicitada pela coordenação de saúde bucal e passa a palavra a Delmara, que representa a gerencia e política



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

e estratégia do DAB. Delmara informa que existem muitas dúvidas em relação as portarias e inicia falando sobre a portaria setecentos e cinquenta e um que fala sobre o serviço de especialidade, diferença e relação, onde pontua sobre os serviços de especialidade de saúde bucal, e confirma que os municípios que não possuem o centro de especialidade nos seus territórios, precisam ter até duas especialidades odontológicas , a coordenadora dá a orientação aos secretários dos municípios que não estão vinculados a saúde da família que possam solicitar o serviço, afirma ainda que uma das dúvidas que os secretários tem é de qual especialidade solicitar, mas diz que essa questão é uma escolha da gestão, no entanto, orienta que solicitem a parte de edodontia que é específico ao cuidado de tratamento de canal que ajuda a preservar a cavidade dental, a outra é a cirurgia oral menor, observando o que está na linha de cuidado, pois existem critérios no termo do CEO que atinge aos que possuem até vinte mil habitantes. Alcinéia diz que decidiu não ter devido o valor muito alto a ser atingido, por mais que hoje em dia haja uma facilidade via o E-gestor, foi solicitado outras necessidades, mas está no aguardo. Delmara diz que a questão de solicitação tem mais a ver com o município, mas o recurso distribuído para o credenciamento não deve ser usado para pagar profissional e sim ser investimento, como bonificação, pois o salário é a gestão que deve efetuar o pagamento independente de ser estadual ou município, os coordenadores já foram orientados. A questão do pagamento do desempenho é de dezessete de junho e é voltada as equipes de quarenta horas vinculadas a saúde da família com seus pagamentos distintos dependendo do indicador, tendo a ver com o processo de trabalho, os gestores precisam conversar com seus coordenadores de atenção básica e saúde bucal para que sejam feitos ajustes e possam observar as modificações pois os indicadores tem relação com o trabalho do profissional. Delmara deixa os coordenadores e secretários cientes de que existem sete indicadores estratégicos, onde o primeiro é a consulta odontológica programada, seguindo de razão de tratamento concluído em primeira consulta , proporção de extração preventivo e curativo, proporção de gestante com atendimento odontológico, profere que devido as dúvidas sobre o permanecimento do previne e montar as estratégias, deixa claro que o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

previne continua e as informações de maneira geral é de que os atendimentos melhoraram muito, apenas dois municípios ficaram abaixo dos indicadores e os indicados possuem recurso de incentivo pequeno pra voltar a CEO, onde muitas das vezes acaba nem compensando. É importante visar o quantitativo de pessoas cadastradas e a proporção de criança beneficiadas com o bolsa família que recebe atendimento odontológico realizado na APS, muitos estados entendem que deve ter uma relação estreita do bolsa família, mas a APS deve verificar as pessoas cadastradas que tem supervisão, por isso se espera a nota técnica dos indicadores, mas Delmara afirma crer que o cadastramento nas UBS deve ser verificado como está sendo feito, desde o recebimento de programa social, idade, enfim, o cadastro das famílias migram a informação supervisionada e quando se fala e processo de trabalho se refere ao quantitativo atendido, quantos atendem e movimentam os indicadores para planejamento e visualização, insistindo pela organizar. Delmara informa que o agendamento inicial da programação é dia doze a treze de dezembro, onde a coordenadora nacional vem ao Amazonas com a equipe dela e talvez seja lançado um aplicativo para o encontro e gostaríamos que mandassem seus funcionários da saúde bucal para serem capacitados, que sejam multiplicadores no município de vocês e distribuam o processo de trabalho. Os secretários concordam que deve ser cobrado levando em consideração indicadores a cobertura e saúde bucal, percebem que houve um avanço. A coordenadora DAB diz que existe uma discussão da existência da possibilidade de pelo menos dois ou três dos indicadores saírem, o que Delmara não considera necessário. Delmara afirma que será visado a melhor estratégia, entre elas o registro de atendimento. Quando é verificada a cobertura da primeira consulta e o que foi programado, pode se observar que a equipe está empenhada conseguindo olhar para o seu território quando o indicador é alcançado. Muitas das vezes o atendimento individual é superior ao atendimento odontológico, pois considera-se que quanto mais procedimentos feitos, menos pacientes na fila de espera, o que ocorre de forma pouco frequente. A capacitação também ajustará a estratégia, a qualificação de parâmetros, no entanto a interpretação de texto fica na portaria, na odontologia



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

nos observamos os processos de trabalhos que não estão organizados. Delmara comunica que a ideia da programação é fazer com a regional, dividindo a equipe e caso não ocorra a regional será organizada por município, pois dá até mesmo para fazer uma organização melhorar. O apoio é dado pelos colegas que estão na formação a pouco tempo, é importante entender as suas atribuições e limites, enfim, a coordenadora se deixa a disposição dos secretários que queira tirar suas dúvidas, indicador, proporção de agendamento e proporção de atendimento na ASP, deixando claro que a avaliação da coordenação pode gerar polemicas e atingir a gestão, por isso a gestão deve ter cuidado com o atendimento, desde a recepção a outros fatores. O Ministério coloca suas questões, Delmara explana que é citado que o acesso aos ribeirinhos de atendimentos devem ser específicos e os que mais ocorrem, a programação de monitoramento é quadrimestral pelo próprio gestor, sendo que ao final de cada ciclo anual ocorrerá um pagamento adicional ao município de subsequente no último quadrimestre a ser destinada aos trabalhadores, reforçada pela equipe nos últimos quadrimestres, não sendo para pagamento e sim adicional como media de desempenho, sugerindo que os municípios possam fazer uma lei para destinar esse recurso, conversando com o seu setor de RH e financeiro sobre pagamento, sendo que o adicional será feito só depois do ciclo anual e é destinado aos trabalhadores, não sendo necessário haver o intrigas pelo valor recebido no quadrimestre, no entanto, o Ministério não se manifestou sobre o valor destinado ao profissional, pois essa situação depende do financeiro. Clerton argumenta que se fica a critério da gestão resolver, então pode ser feito pelo hospital. A coordenadora da DAB diz que fica a critério da gestão. E informa que de junho a dezembro o recebimento é de novecentos reais por conta do desempenho, desde que seja considerado adequação dos indicadores, só a partir de janeiro o pagamento por desempenho irá acontecer, toda via, os próximos meses a partir de setembro o intuito é de conversar, orientar e explicar as motivações que levaram a isso, além das organizações ajustadas para o monitoramento possa ocorrer e a equipe saibam informar a produção, concluindo que minimamente até dezembro os municípios e suas equipes estarão recebendo novecentos reais



por seus quadrimestre e cada equipe vai ter o valor mínimo. Clerton pede a palavra e diz que não consegue imaginar como os profissionais irão reagir com esse valor. A coordenação diz que o é que o conjunto de todos os indicadores irá agregar ao valor que a equipe já recebe apenas se atingir dois mil quatrocentos e quarenta e nove na modalidade dois, caso isso ocorra, é possível que seja acrescentado dois mil duzentos e sessenta e sete, além de que cada equipe possui um valor individual de acordo com seus indicadores. Clerton considera a situação como loucura. Alcinéia diz que o gestor terá que conseguir explicar as equipes, montar estratégias pois o TCE quer monitorar até com os indicadores. A coordenadora diz que o desempenho não gera descredenciamento, no entanto as informações gerais da produção depois de um ano geram descredenciamento e diz ainda que será necessário fazer as adequações, visto que essas situações são vergonhosas, sendo que é uma desvalorização do trabalho do profissional. Mas podemos tentar fazer a solicitação do Ministério da diminuição desses indicadores a nível nacional, por fim, agradece a participação de todos e se deixando a disposição. Clerton diz que o município tem uma situação de que o conselho de odontologia está fazendo uma fiscalização e denuncia a saúde ao Ministério Público. Alcinéia diz que a coordenação que faz a fiscalização com frequência em Boa Vista é a de farmácia. A representante da DAB diz que o município tem que se adaptar a carga horário da lei de saúde bucal, sendo quarenta horas. Clerton diz que os municípios possuem complicações por conta principalmente de insumos e instrumental, então é necessário realizar um trabalho de educação, seguir estratégias que possam alimentar os indicadores para atingir as metas. A representante da DAB sugere a educação dentro da unidade de saúde.

Item III. Comunicação e informes

(3.1). Comunicação sobre a habilitação do CER tipo III em Parintins e a necessidade de discussão sobre o cofinanciamento estadual para que o referido serviço atue no atendimento dos municípios da região do Baixo Amazonas.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Aurimar faz a leitura da pauta e em seguida Clerton diz que gostaria de aproveitar a presença da representante Diana para informar que os municípios de referência precisam de um olhar diferente, pois necessita de fortalecimento, qualificação e recurso, sendo que é preciso compreender como receber a demanda de urgência e emergência dos municípios da regional, reforçando o pedido de um olhar cauteloso aos municípios de referência para qualificar a situação, pois diariamente há duzentos a trezentos pacientes de porta aberta em vinte e quatro horas com apenas dois médicos diurnos e noturno, incluindo os que estão de sobreaviso, Parintins possui três leitos de estabilização de urgência e emergência. Após a explanação do secretário, Diana questiona se essa qualificação é em relação ao atendimento do profissional ou qualificação e habilitação e Clerton diz que engloba tudo, além de que nesse processo foi conseguido uma parceria para fazer o projeto linhas de urgência e emergência de etapa dois, com equipes de profissionais médicos mas com o problema de plantões por falta de profissionais e recursos. Por tal motivo, é preciso pensar nisso, Diana questiona se a UPA é habilitada e Nara diz que não, Diana diz que o Baixo Amazonas não está incluído na rede da regional do baixo e qualquer pedido feito ao Ministério da Saúde, mas até então ele não habilita, pois na rede de urgência é possível habilitar, contanto que seja adequada às portarias e seus critérios, Nara diz que precisaria verificar a questão de resolução. Diana diz que consegue contato com o Ministério para habilitação e diz que a UTI não é habilitada por conta da avaliação da vigilância que não é favorável e precisa que se torne favorável com as portarias. Aurimar diz que irá repassar essa pauta ao secretário Anuar. Clerton solicita que seja tentado a habilitação ao município, Aurimar diz que está vendo a questão do contrato do Padre Colombo, Clerton diz a Diana que tem um processo na SES solicitando uma UPA. Clerton diz que o atendimento do Jofre é complexo, Diana diz que o Frei do Padre Colombo sempre solicita lancha para fazer o atendimento dos pacientes, sendo que estão em redução de custo. Clerton diz que os técnicos e enfermeiros são capacitados para o atendimento de urgência e emergência, mas está em busca de médicos para a qualificação do atendimento e pede para que seja pensado esse processo, onde a porcentagem é de cinquenta por



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

cento que é mantida. Aurimar conclui que todos conseguiram abordar as pautas e devido a isso, ele encerra a reunião.

A seguir a Secretária Executiva desta CIR, pontuou os encaminhamentos

da reunião: I- Repasse de informação a CIB sobre a disponibilização de cota de exames destinadas aos pacientes dos municípios atendidos pelo Componente Especializado de Assistência Farmacêutica. II- Repasse de informação ao secretário de saúde do estado a respeito da não aceitação pelos médicos em Manaus na rede SUS, dos exames realizados nos municípios, apresentados pelos usuários que são transferidos e ou encaminhados via TFD para tratamento na capital. III- Repasse de pauta ao secretário Anoar a habilitação do CER tipo III em Parintins e discussão sobre o cofinanciamento estadual do Baixo Amazonas. IV- Atualização de mudanças de cargos da SES.

MEMBROS TITULARES: Aurimar Simões, Clerton Rodrigues Florêncio; Alcinéia (virtual); Franmartony Oliveira Firmo (virtual), Péricles (virtual); Jociane Siqueira (virtual), Lyssandra Nívea. **Secretária Executiva:** Nara Maria Reis Carneiro Koide. **CONVIDADOS:** Milena Brasil- Assistente Técnica Administrativa da Secretaria Executiva da CIR Baixo Amazonas (virtual), Romina (COSEMS); Delmara -DAB e Diana (Urgência e Emergência)